

# Epistemologia Decolonial e Ciência da Informação: uma análise dos anais do ENANCIB

*Decolonial Epistemology and Information Science: an analysis of ENANCIB Annals*

**Callu Ribeiro Ferreira Pedreira e Andrade Bamberg**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1717-1223>

E-mail: [callubamberg@gmail.com](mailto:callubamberg@gmail.com)

**Luciane Paula Vital**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2526-227X>

E-mail: [luciane.vital@ufsc.br](mailto:luciane.vital@ufsc.br)

**Amábile Costa**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-0614>

[amabilecosta.m@gmail.com](mailto:amabilecosta.m@gmail.com)

**Dirnele Carneiro Garcez**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3061-9352>

E-mail: [dirneleg@gmail.com](mailto:dirneleg@gmail.com)

## Resumo

O artigo busca refletir sobre o diálogo entre a epistemologia decolonial e a Ciência da Informação (CI). Propõe identificar, nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), trabalhos científicos que abordam em sua temática a epistemologia decolonial. Foi realizado um levantamento da produção científica do evento, disponível de forma on-line, entre os anos de 2010 a 2019. No período investigado, 3.408 comunicações científicas foram mapeadas nas quais foi realizada a análise de conteúdo. Foram selecionados para leitura na íntegra 42 artigos de temática relacionada a questões étnico-racial, de gênero, alteridades e racismo, porém constatou-se que a maioria das comunicações estava fundamentada em outras concepções teóricas, não adentrando no escopo deste estudo. Como resultado, apresentam-se dois artigos que abordaram a epistemologia decolonial na CI. Reflete uma necessidade de discutir a epistemologia decolonial na CI, visto a importância do tema e suas múltiplas possibilidades.

**Palavras-chave:** epistemologia decolonial; Ciência da Informação; ENANCIB.

## Abstract

This study seeks to reflect on the dialogue between decolonial epistemology and Information Science (IC). It aims to identify scientific papers on decolonial epistemology in the Annals of the National Meeting of Research on Information Science. A survey of its scientific production, available online, was carried out between 2010 and 2019, finding that 3,408 scientific studies used content analysis. We chose 42 on ethno-racial, gender, otherness, and racism issues to be read in full. We found that most communications were based on other theoretical conceptions outside the scope of this study. As a result, we show two IC articles on decolonial epistemology. This reflects a need to discuss decolonial epistemology in IC given its importance and multiple possibilities.

**Keywords:** decolonial epistemology; Information Science; ENANCIB.

## 1. Introdução

O fazer científico é permeado por escolhas explícitas, a partir de estudos, e usa como pano de fundo para sua investigação decisões epistêmicas que guiarão a pesquisa. A epistemologia decolonial propõe uma reflexão acerca do eurocentrismo presente na produção científica global, e outras estruturas de poder ligadas ao saber, e contribui com diferentes discussões dentro da Ciência da Informação (CI).

Dito isso, os estudos decoloniais vêm com o intuito de deslocar a perspectiva europeia do centro das discussões e pesquisas, além de apresentar uma diversidade de temáticas e concepções a partir de autores latinoamericanos.

Ligados ao crescimento conceitual e teórico sobre a decolonialidade, os estudos decoloniais estão partindo da categoria “colonialidade de poder” apresentada por Aníbal Quijano. Salienta-se que o uso da palavra colonialidade foi expandido e aplicado em outras áreas e campos do conhecimento, diante disso, dois conceitos foram identificados, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012; QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

Em 1990, a partir das pesquisas sobre a colonialidade, realizadas por Quijano, percebeu-se que as problemáticas histórico-sociais que eram consideradas encerradas ou resolvidas nas ciências sociais latino-americanas foram retomadas (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 3). Em seguida, Arturo Escobar desenvolveu estudos acerca do que foi intitulado de modernidade, colonialidade e descolonialidade e, conseqüentemente, proporcionou a expansão da temática, bem como a criação de grupos de estudo, disciplinas na graduação, pós-graduação e o avanço nas pesquisas (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender se a epistemologia decolonial tem sido adotada por pesquisadores da área e de que forma ela tem contribuído para as reflexões em diferentes frentes da CI. Este trabalho propõe-se a identificar, nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), trabalhos científicos que abordam a epistemologia decolonial.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte maneira: a segunda seção aborda uma contextualização acerca da decolonialidade, assim como textos pertinentes sobre a temática. A terceira seção apresenta o percurso metodológico percorrido na investigação. A quarta seção

apresenta os resultados e as discussões referentes à pesquisa, e a seção cinco discorre sobre as considerações finais do trabalho.

## 2. Epistemologias Decoloniais

Para contextualizar as epistemologias decoloniais, desenvolver-se-ão no decorrer deste artigo aspectos e reflexões a partir de uma revisão de literatura de estudos sobre a temática.

Dessa forma, ressaltam-se aspectos do artigo intitulado “Estudios decoloniales: un panorama general”, escrito pelo Grupo de Estudios sobre Colonialidad (GESCO), publicado em 2012. O foco do artigo está em uma revisão dos estudos e tendências que estão sendo produzidos sobre a colonialidade na América Latina. Seus pontos principais estão voltados para modernidade, colonialidade e decolonialidade, apresentando a categoria da colonialidade do poder, o desenvolvimento dos estudos decoloniais, âmbitos e limitações dos estudos decoloniais, além de algumas contribuições recentes, trabalhando com as perspectivas de Santiago Castro-Gómez, Zulma Palermo, Javier Sanjinés e Catherine Walsh. O GESCO está vinculado à Universidade de Buenos Aires e, em 2012, era composto por: Luciana Arias (FFyL-UBA), Paz Concha (FFyL-UBA), Patricia Figueira (FFyL-UBA), Sebastián Garbe (Universitat Wien, Áustria), Diego Murmis (FFyL-UBA), Pablo Quintero (FFyL-UBA/CONICET), Violeta Ramírez (EHESS, Francia), Daniel Rivas (FFyL-UBA), María Sasso (IMCA), Julia Stranner (Universitat Wien, Áustria), Laura Szmulewicz (FFyL-UBA), Cecília Wahren (FFyL-UBA/CONICET).

Outro texto apresentado nesta seção envolve o estudo intitulado “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, desenvolvido por Ramón Grosfoguel e publicado em 2016. O material expõe discussões relacionadas à estrutura epistêmica do mundo moderno e relaciona o racismo/sexismo aos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. Nesse artigo, o autor flutua entre racismo e sexismo epistêmico oriundo de instituições ocidentalizadas, o genocídio e o epistemicídio contra muçulmanos, judeus, povos nativos, africanos e mulheres europeias acusadas de bruxaria, e apresenta esses quatro genocídios e epistemicídios como os constituintes da estrutura epistêmica moderno-colonial.

De acordo com o GESCO (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012), os estudos pós-coloniais são vinculados às universidades e, conseqüentemente à produção

científica de países do grupo denominado de primeiro mundo, com foco em analisar os discursos e a textualidade. Um dos pontos principais apresentados pelo GESCO está voltado para a compreensão e conceituação da modernidade, colonialidade e decolonialidade. Destaca-se que cada uma dessas palavras possui conceitos e aspectos diferentes, e não são sinônimos. O estudo decolonial resulta em métodos conceituais e ordenados associados às questões de poder na modernidade. Quanto à modernidade, ela é um fenômeno mundial alicerçado nas relações de poder, resultando em subalternização de práticas e características de etnias que não sejam europeias, ou seja, de povos que foram dominados. Assim, construindo o eurocentrismo como principal fonte de produção de conhecimento e subjetividade na modernidade (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012). Diferente dos conceitos de decolonialidade, que possuem como foco dispersar o eurocentrismo e focam em autores e pesquisas desenvolvidas, por exemplo, na América Latina.

Nesse sentido, um dos autores que realizam pesquisas sobre decolonialidade, Aníbal Quijano, apresenta a categoria de colonialidade do poder como aquela que está vinculada ao lado oculto da modernidade. Em conformidade com o GESCO, a colonialidade do poder é composta a partir de eixos centrais, conceituada como a chave analítica que permite a visualização de espaços de convergência entre a modernidade e o capitalismo, bem como o campo formado por essas associações (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012).

Ressalta-se que a colonialidade do poder tornou a democratização das nações subalternizadas, sendo um processo distante e quase impossível de ser concretizado. Historicamente, as pessoas brancas foram/são numericamente minoria da população mundial, portanto, é evidente que tiveram acesso a meios de produção que foram negligenciados e negados às pessoas não brancas de forma a exercerem o poder com informações privilegiadas, utilizadas para dominar e escravizar povos indígenas, africanos e afrodescendentes (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012; QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE; 2019). Além disso, são nesses processos históricos de escravidão, tráfico de africanos, colonização, que os estudos sobre branquitude crítica foram sendo formados.

A branquitude então nasce como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão e dessa forma outros grupos aparecem, ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores (SCHUCMAN, 2014, p. 46). Assim,

as pessoas brancas impõem sua cultura, seu costume, sua religião, aspectos políticos e características, promovendo um genocídio e epistemicídio de diversos povos subalternizados.

A colonialidade do saber, conhecida também como colonialidade do conhecimento, visa aspectos ligados ao eurocentrismo e suas formas de articulação, tendo em vista a dominação de etnias consideradas pelos brancos como inferiores. Com isso, o eurocentrismo visa impor o conhecimento produzido na Europa, tornando-se um modelo normativo a ser seguido e supondo que é o único conhecimento válido mundialmente. Já a colonialidade do ser entende a modernidade como uma conquista, em que a construção de raça justifica o prolongamento do racismo, isso permite a subjugação da humanidade do outro (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012; QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

McCarthy (1984), em seu artigo intitulado “Catalogação e colonialismo”, apresenta um exemplo bastante explícito da colonialidade do saber e da imposição de modelos considerados universais e que não representam necessidades universais. O autor critica a adoção de códigos de catalogação que não refletem a realidade de muitos países, em especial países em desenvolvimento. McCarthy (1984) aponta uma falta de estratégias de um processamento técnico básico e ágil em países periféricos. Para o autor, o sistema, do modo que é aplicado nos países em desenvolvimento, é mais rígido, mais burocrático, e traz consigo um desperdício enorme de recursos humanos e materiais (MCCARTHY, 1984, p. 27). O autor é direto ao responsabilizar a lógica do colonialismo neste problema, ao afirmar que:

Os bibliotecários dos países industrializados é que são responsáveis por isso. São culpados, por ação ou omissão, porque permitiram que AACR/ISBD fossem infligidos aos catálogos do mundo como normas internacionais, de aplicação universal, o que na verdade não são. (MCCARTHY, 1984, p. 28)

Entre as problemáticas da utilização de um sistema que não serve como universal apontadas por McCarthy (1984), está a questão do modelo individualista das publicações ocidentais refletido nas entradas de responsabilidade na catalogação. Tais publicações em geral contam com um único autor principal, e o modelo complica o processamento técnico de publicações oficiais, comuns nos países em desenvolvimento ou em obras produzidas a partir de um conjunto editorial. Outro ponto relacionado à dificuldade da representação de autoria no modelo ocidental é a representação dos próprios nomes de autores que não se encaixam no padrão utilizado.

Em seu texto, McCarthy (1984) ilustra como o colonialismo imposto na catalogação exclui materiais, dificulta acessos e cria barreiras para que necessidades informacionais sejam

supridas. Entretanto, é interessante ressaltar que o artigo publicado no Brasil em 1984 é uma tradução modificada tendo como primeira versão uma publicação na Inglaterra em 1975.

Em sua linguagem, McCarthy (1984) parece, em muitos momentos, comunicar um problema oriundo de países em desenvolvimento para uma plateia distante de tal realidade. Em sua escrita, refere-se a tais países como lá e os problemas de tais países como deles. Mesmo na publicação brasileira de texto, atuando em universidades brasileiras e pesquisando a realidade de bibliotecas brasileiras, nesta e em outras temáticas, McCarthy em nenhum momento se dirige às pessoas bibliotecárias brasileiras, nem os aponta, ou os profissionais dos países em desenvolvimento, como agentes na resolução do problema. O autor cita a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como o tipo de organização que deveria estar à frente de uma solução, mas não se aprofunda na participação que os profissionais dos diversos países deveriam ter para um dia se chegar a um sistema que lograsse ser universal. Questiona-se ainda se um sistema universal seria capaz de atender aos contextos e especificidades de grupos diversos.

No que tange à expansão teórica referente ao pensamento crítico de pensadores latino-americano está caracterizado por pessoas brancas, como subordinado, assim há diversas tentativas de recuperá-lo e atualizá-lo. Além disso, as revisões realizadas pelos autores estão focadas nos pesquisadores e epistemologias do Sul que, por um determinado período, foram silenciadas e, conseqüentemente, esquecidas. Outras perspectivas apresentadas pela disseminação desses estudos envolvem as estruturas dos processos globais e os estudos de casos locais e regionais (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012).

No que concerne às contribuições recentes relacionadas à modernidade, colonialidade e decolonialidade, as pesquisas são de diversas vertentes, como por exemplo: analisar a colonialidade do poder e o capitalismo no contexto do vice-reinado de Nueva Granada, como regimes que produzem sujeitos de acordo com os dispositivos de energia proposta por Santiago Castro-Gómez. Em 2005, Zulma Palermo publicou seu livro com aspectos pertencentes à descolonização cultural e ao conhecimento latino-americano. Outra contribuição apresentada por Sanjinés reconstrói a maneira como o discurso da miscigenação foi constituído na Bolívia, por fim, temos os estudos publicados por Catherine Walsh que contribuem para o aprofundamento da crítica decolonial e de projetos políticos e ~~em~~ a partir dessas perspectivas (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012).

Nessa concepção, Ramón Grosfoguel apresenta e discute em seu artigo a estrutura epistêmica do mundo moderno em relação aos quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. O autor inicia sua reflexão abordando o racismo/sexismo como um dos problemas da atualidade. Segundo Grosfoguel (2016), o privilégio epistêmico tem sido o responsável pela injustiça cognitiva e por privilegiar o conhecimento oriundo do homem branco, ocidental, europeu e de instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico por meio da monopolização e desqualificação de conhecimento. Com isso, é fundamental se posicionar de forma crítica a projetos ditos imperiais, coloniais e patriarcais. O conceito de epistemicídio, que Grosfoguel (2016) baseia sua argumentação, deriva do termo cunhado por Boaventura Sousa Santos (2009). Para Santos (2009, p. 52), um epistemicídio maciço tem vindo a decorrer nos últimos cinco séculos, e uma riqueza imensa de experiências cognitivas tem vindo a ser desperdiçada.

Grosfoguel (2016) apresenta uma crítica à filosofia cartesiana partindo da perspectiva de Dussel, expondo contribuições que ajudaram nas estruturas ocidentais, sendo elas: a conquista das Américas relacionada com a conquista de Al-Andalus, a escravidão de africanos nas Américas e o genocídio de mulheres na Europa acusadas de feitiçaria. Além disso, o autor discorre e questiona a imposição do conhecimento produzido no ocidente, limitado a cinco países, em grande maioria da Europa, tais como: França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos da América e Itália. Assim, inferiorizando e ocasionando a exclusão epistemológica do conhecimento produzido por homens e mulheres, incluindo as ocidentais. Esse conhecimento produzido por homens deste pequeno grupo de países possui a capacidade do universalismo, ou seja, suas teorias provincianas disfarçadas de universalismo seriam suficientes para explicar e suprir as necessidades do restante do mundo.

O autor destaca o privilégio epistêmico e a ideia de inferioridade epistêmica, também, chamada de racismo/sexismo epistêmico “[...] na qual uma face se considera superior e a outra inferior” (GROSFOGUEL, 2016, p. 27). Essa ideia é chamada de apartheid epistêmico, inferioriza e evidencia essa forma de segregação do conhecimento, visto que aquele produzido com base em experiências sócio históricas e as concepções dadas com base no mundo Sul global seria considerado inferior ao produzido pelo Norte.

No que se refere à estrutura de conhecimento da filosofia cartesiana, Grosfoguel (2016) afirma que o Eu seria capaz de substituir e/ou se equivaler a Deus e alcançar a visão de certeza da produção do conhecimento, com base nos argumentos ontológicos e epistemológicos de

Descartes. Com relação à divisão sujeito-objeto, a objetividade vista como neutralidade seria o mito de um ego que produziria conhecimentos de forma imparcial, realizado através de um monólogo interior, sendo todo e qualquer conhecimento considerado em oposição à egopolítica cartesiana visto de forma inferior.

Ainda com base nos argumentos de Enrique Dussel, Grosfoguel (2016) traz a crítica ao argumento de que penso, logo existo de Descartes, sendo esse, na realidade, conquisto, logo existo, visto que é carregado de uma pretensão de divindade da filosofia cartesiana e a ideia idolátrica de centralidade universal. Dessa forma, os quatro genocídios/epistemicídios que se deram no decorrer do século XVI contra judeus, muçulmanos, indígenas, africanos e mulheres, dariam o aporte para a possibilidade sócio histórica de transformação do conquisto no racismo/sexismo epistêmico do penso, logo existo.

Para o autor, os métodos de colonização e dominação utilizados no Al-Andalus foram feitos de forma genocida, com base na ideia da pureza do sangue e acompanhado de epistemicídio e de genocídios físico e cultural, além de discriminação religiosa e a divisão da sociedade por grupos religiosos (Grosfoguel, 2016). Além disso, o epistemicídio da queima de bibliotecas foi fundamental para a conquista da região, ocasionando a aniquilação do conhecimento e da espiritualidade desses povos.

Até a conclusão da conquista de Al-Andalus, muitas outras bibliotecas tiveram o mesmo destino, culminando com a queima dos 250 mil volumes da biblioteca de Granada pelo cardeal Cisneros, no início do século XVI. Estes métodos eram estendidos aos ameríndios. Assim, o mesmo aconteceu com os códices indígenas – a parte escrita da prática utilizada pelos ameríndios na busca pelo conhecimento. O genocídio e o epistemicídio caminharam juntos no processo de conquista das Américas e de Al-Andalus (GROSFOGUEL, 2016, p. 34).

Segundo Grosfoguel (2016), a prática da limpeza étnica ainda não era feita de forma racial, visto que o que era posto em julgamento era a questão teológica de ter uma religião considerada errada e não a humanidade das vítimas. Afirma ainda que o senso comum apresenta a discriminação racial como a primeira forma de discurso racista conhecida, entretanto, o racismo religioso foi o pioneiro nessa questão.

As relações de sistemas de poder baseadas em diferenças religiosas e raciais criaram uma nova forma de hierarquia racial, especialmente sobre aqueles considerados povos sem religião. Segundo o autor, isso se deu a partir do momento em que o que estava sendo questionado era a humanidade daquele ser. Para eles, povos sem religião como os indígenas eram considerados sem almas ou não humanos. Houve críticas por parte das igrejas,

questionando se ainda que não fossem cristãos os indígenas de fato não possuíam almas. A partir dessa indagação, a prática da escravidão dos seres sem almas, os índios, passou a ser considerada pela igreja um pecado aos olhos de Deus e a solução para isso seria cristianizá-los de forma pacífica.

Diferentemente dos indígenas, o discurso era agora biológico e voltado para os povos africanos sequestrados e comercializados nas Américas para substituir os índios. Sendo necessária uma justificativa para escravizar, os africanos eram considerados, sem margem para dúvidas, povos sem almas e, com isso, o racismo religioso foi realocado pelo racismo de cor. Dessa forma, por meio do genocídio em massa que o epistemicídio se tornou inerente e a inferiorização dos negros foi pautada no discurso de que os negros apresentavam um baixo desenvolvimento cognitivo e, portanto, a inferioridade epistêmica foi de suma importância para a proclamação da inferioridade social biológica. Segundo Grosfoguel (2016, p. 41):

A conquista das Américas no século XVI estendeu o processo de genocídio/epistemicídio que teve início com a conquista de Al-Andalus para novos sujeitos, tais como os povos indígenas e africanos, ao mesmo tempo em que estimulou a nova lógica racial de genocídio/epistemicídio por parte dos cristãos contra os judeus e os muçulmanos na Espanha.

Com relação ao genocídio/epistemicídio contra a mulher, esse não foi tão divulgado na história como os demais. Trata-se do genocídio de mulheres que passavam seus conhecimentos de geração para geração por meio da dominação de conhecimentos ancestrais xamânicos transmitidos através da oralidade em diversas áreas. Mulheres líderes, que possuíssem qualquer tipo de autonomia, e que tinham seus corpos como fontes de conhecimento, foram consideradas ameaças ao poder aristocrata e queimadas vivas sob alegação de bruxaria (GROSFOGUEL, 2016).

Autores da CI também têm utilizado da epistemologia decolonial como abordagem ou perspectiva teórica em seus estudos. Silva e Karpinski (2018) realizaram um estudo acerca da presença dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas redes sociais, apresentando reflexões concernentes ao pensamento pós-colonial e respaldando a discussão em autores como Grosfoguel. Para os autores, a epistemologia decolonial, ou pós-colonial, procura superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade e incoerência analítica de antigas teorias, geralmente eurocêntricas, que tentaram explicar as relações sociais no mundo (SILVA; KARPINSKI, 2018, p. 280), e o fizeram de maneira bastante crítica.

Outro trabalho a ser citado é o estudo de Righetto e Karpinski (2021), que apresentam

um panorama epistemológico e histórico em que a aproximação de temas que, embora produzidos em diferentes contextos e interesses, convergem em um objetivo: “constituir um campo epistêmico social, democrático e que não desconsidera os diferentes saberes assuntos” (RIGHETTO; KARPINSKI, 2021, p. 3, tradução nossa). Com isso, os autores propõem uma epistemologia social fundamentada na abordagem decolonial, como impulso que aproxime abordagens teóricas de pesquisa e prática profissional da área de CI, em consonância com o contexto informacional da atualidade.

A reflexão a partir dos textos expostos demonstra uma nova forma de observar o saber, em especial o saber científico. Destarte, surgiu o interesse em compreender como a epistemologia decolonial tem sido trabalhada na CI, especificamente nos Anais do ENANCIB, uma vez que se trata do maior evento do maior país da América Latina. Considerou-se que essa vertente poderia dialogar com diversas das temáticas abordadas nos 11 Grupos de Trabalho (GTs) do Encontro.

### 3. Metodologia

Durante uma pesquisa, faz-se necessário utilizar métodos, técnicas e procedimentos científicos que, de forma racional e sistemática, permitam alcançar os objetivos e responder aos problemas que foram inicialmente propostos.

O presente estudo se configura enquanto qualitativa, uma vez que, para Minayo e Sanches (1993, p. 247), o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. A partir do procedimento metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que trata do levantamento da bibliografia já publicada, possibilitando o contato com todo o material escrito acerca de determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 1992).

Em relação ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória. Segundo Gil (1991), a pesquisa descritiva procura detalhar características de um fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis, e a pesquisa exploratória procura aprofundar a familiaridade com determinado problema, buscando gerar hipóteses. O objetivo do artigo foi analisar a produção científica veiculada nos Anais do ENANCIB e identificar trabalhos que abordassem a epistemologia decolonial. Para tal, foram mapeadas 3.408 comunicações realizadas no Encontro no período de 2010 a 2019.

Os Anais do ENANCIB são expressivos enquanto reflexo da produção científica da área, uma vez que representa o:

Principal evento de pesquisa e de pós-graduação da área de Ciência da Informação do País e visa discutir e refletir a produção de conhecimento na área, de modo a estimular, por meio de amplo diálogo entre os pesquisadores que nela atuam, a realidade dos programas de pós-graduação (ENANCIB, 2021, online).

O Encontro conta com diversos GTs, que abordam a abrangência de temáticas dentro da CI. Analisar os Anais do ENANCIB possibilita uma visão ampla da produção nacional, os trabalhos nele apresentados refletem o estado-da-arte da pesquisa realizada nos programas de pós-graduação e na comunidade científica da área para demonstrar o avanço do conhecimento até o referido momento (ENANCIB, 2021, online). Diante do exposto, realizou-se o levantamento dos trabalhos apresentados nas modalidades Comunicação Oral e Pôster dos 11 GTs do evento, dentro do recorte temporal de 2010 a 2019.

Tendo em vista que a epistemologia decolonial pode dialogar com diferentes temáticas, optou-se por não restringir a coleta de dados a determinados grupos, portanto, todos os 11 Grupos de Trabalho foram analisados para este estudo:

GT-1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação;  
GT-2 - Organização e Representação do Conhecimento;  
GT-3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação;  
GT-4 - Gestão da Informação e do Conhecimento;  
GT-5 - Política e Economia da Informação;  
GT-6 - Informação, Educação e Trabalho;  
GT-7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação;  
GT-8 - Informação e Tecnologia;  
GT-9 - Museu, Patrimônio e Informação;  
GT-10 - Informação e Memória;  
GT-11 - Informação & Saúde (ENANCIB, 2021, compilado pelas autoras).

Optou-se por um levantamento extenso da produção científica presente nos Anais, uma vez que se objetiva localizar possibilidades de diálogo entre temáticas tratadas na CI e a epistemologia decolonial, e não apenas a menção da mesma.

O levantamento foi realizado a partir dos Anais disponíveis de forma on-line, em geral, publicados nos portais das instituições que receberam os Encontros em cada edição. Foi realizada a leitura do título, resumo e palavras-chave de todas as comunicações levantadas. Segundo a NBR 6028 (2020), o resumo apresenta de forma concisa os pontos relevantes do documento e as palavras-chave são representativas do conteúdo do mesmo. Dessa forma, acredita-se que, a partir da leitura e análise de conteúdo destas, foi possível categorizar e

identificar os trabalhos que se relacionam ou que poderiam dialogar com a temática do estudo. Após a análise, 42 trabalhos foram selecionados para a leitura na íntegra.

A análise dos materiais se dá a partir da mescla de diferentes técnicas de análise de mensagens, é um método interdisciplinar, empírico e sem receitas prontas, que parte da categorização, com o emprego de procedimentos sistemáticos e descrição objetiva do conteúdo analisado (BARDIN, 2011).

Tabela 1 – *Corpus* de estudo da pesquisa

	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT10	GT11	Total por ano:
2010	20	28	18	42	21	21	25	27	12	36	0	250
2011	23	35	24	24	26	16	28	22	17	34	12	261
2012	28	0	34	24	31	21	30	30	22	38	23	281
2013	25	40	32	33	25	18	37	41	20	27	20	318
2014	20	54	24	37	32	25	41	37	23	35	15	343
2015	18	36	25	40	24	16	29	32	22	37	20	299
2016	40	54	29	42	24	22	48	31	20	42	20	372
2017	27	65	37	46	32	22	57	44	19	27	16	392
2018	29	51	53	62	45	25	45	48	31	45	12	446
2019	27	60	50	82	41	48	41	47	38	35	23	492
Total por GT:	257	423	326	408	301	234	359	359	224	356	161	

**Corpus de estudo do levantamento: 3.408**

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Ressalta-se que, no momento da pesquisa, novembro de 2020, as publicações referentes ao GT2 no ano de 2012 não estavam disponíveis de forma on-line. Destaca-se também que o GT11 integrou o Encontro a partir do ano de 2011, não contando com trabalhos nos anos anteriores, como é possível observar no Quadro 2.

No levantamento, foi realizada a análise de conteúdo de 3.408 títulos, resumos e palavras-chave, todas as comunicações disponíveis de forma on-line no momento da pesquisa, relativas aos Anais de 2010 a 2019. Foram selecionadas 42 comunicações para realizar a leitura na íntegra. Do universo analisado, foram selecionadas para leitura na íntegra 42 comunicações, com o objetivo de compreender se tais artigos abordavam em sua temática a epistemologia decolonial. O critério utilizado para a seleção se deu a partir das temáticas abordadas, os trabalhos selecionados se dedicam às questões relativas a relações étnico-raciais, de gênero, alteridades e racismo. Após esse procedimento, apenas dois artigos corresponderam à proposta desta pesquisa que considera a perspectiva decolonial. As demais comunicações estavam fundamentadas em outras concepções teóricas, não adentrando no escopo deste estudo.

#### 4. Resultados: apresentação e discussão

Como mencionado, foram identificadas duas comunicações científicas, dentre as 3.408 que abordavam a epistemologia decolonial, ambas integram o evento na categoria Comunicação Oral.

O primeiro trabalho levantado foi apresentado no ENANCIB de 2015, no GT7, denominado Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação, que reúne:

Estudos teóricos, aplicados e metodológicos sobre a produção, comunicação e uso da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Inclui pesquisas relacionadas aos processos de comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão em CT&I (ENANCIB, 2021, online).

O artigo “La producción científica latinoamericana desde una mirada pós-colonial”, de Sánchez-Tarragó, Bufrem e Santos (2015), critica a reprodução de critérios europeus e norte-americanos de publicação científica nos países latino-americanos, discute acerca do pensamento hegemônico dos saberes europeus e norte-americanos como saberes universais e estruturas que servem como modelos de desenvolvimento e modernidade a serem adotados pelo resto do mundo.

Os autores problematizam as estruturas de poder que regem a comunicação científica, em especial na publicação de artigos científicos, como o critério de impacto, visibilidade e relevância de um estudo ser medido por meio da inserção do trabalho em bases de dados como a *Web of Science* e *Scopus*, que priorizam publicações na língua inglesa. A hegemonia do idioma inglês é bastante criticada pelos autores, que apontam as relações de domínio econômico e tecnológico de tais países, e resultam numa colonialidade do saber e na internalização de uma superioridade do inglês como língua científica. A pressão da publicação nesse idioma impacta desde os estilos discursivos às bibliografias utilizadas em pesquisas latino-americanas. Sánchez-Tarragó, Bufrem e Santos (2015) defendem uma valorização da produção científica latino-americana, com o fortalecimento de revistas locais (regionais e nacionais) que adotem critérios que valorizem o plurilinguismo.

O artigo suscita alguns questionamentos, principalmente em relação às oportunidades de publicação por parte dos pesquisadores e do acesso aos resultados científicos. O inglês é uma língua acessível para todos? Em um país como o Brasil, quem tem condições de estudar e dominar a língua inglesa? Quem, no Brasil, consegue ler um artigo científico em inglês e ainda

mais traduzir sua produção para a língua inglesa? Um saber produzido a partir de um contexto brasileiro (seja natural, biológico, social, cultural, artístico, entre outros) é relevante e tem chances de impacto para um leitor na língua portuguesa, na língua espanhola (vários países hispanos falantes têm uma realidade similar ao Brasil em diversos aspectos, além da proximidade territorial) ou para um leitor anglófono? Por que, então, o fator de relevância de um artigo científico cresce se o artigo for publicado na língua inglesa? Quem realmente se beneficia com isso? A resposta não parece ser o autor, o leitor ou a comunidade científica.

O segundo trabalho que completa os resultados deste levantamento foi apresentado no GT10, Informação e Memória, do último ENANCIB realizado em 2019, voltado para:

Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio informação e memória. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social. (ENANCIB, 2021, online).

“Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividades na arte contemporânea de autoria negra”, de Viana e Moura (2019), discorre sobre as concepções de epistemologia comunitária por meio do projeto de arquivo digital Epistemologias Comunitárias, ligado ao Laboratório de Culturas e Humanidades Digitais (LabCult) na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

O trabalho apresenta diversas produções artísticas que abordam a temática étnico-racial sob uma perspectiva anticolonial. Embasados em diversas pesquisas que tratam da temática da produção do conhecimento plural, Viana e Moura (2019, p. 4) apresentam a concepção de epistemologias comunitárias, uma vez que o termo epistemologia decolonial não supre a construção destes conhecimentos:

Palavras como decolonialidade e transmodernidade aparecem constantemente em textos acadêmicos onde intentam dialogar com atores sociais negros e indígenas. Entretanto, escamoteiam implicitamente relações hierárquicas sobre aqueles vistos ainda nestas terminologias como o Outro na produção de conhecimento (VIANA; MOURA, 2019, p. 4).

Para além de uma compreensão da existência de outros saberes apresentados pela perspectiva decolonial, a epistemologia comunitária apresentaria uma concepção mais profunda, não necessariamente pautada na relação com o conhecimento hegemônico da lógica colonial, das multiplicidades de saberes:

A descolonização do conhecimento seria possível a partir da compreensão que todas as narrativas partem de temporalidades, realidades e histórias específicas, como também, expressam um discurso de poder e uma determinada perspectiva que produz apagamento de outras subjetividades. Estas escritas constituem-se tanto como memória social, identidade, arte quanto território político. Neste contexto, torna-se imprescindível compreender os meandros do ato de conhecer que o interliga a uma prática artística, pois não diz somente a uma ideia de pessoalidade, mas também uma vida comunitária que pode fundar uma teoria do conhecimento. (VIANA; MOURA, 2019, p. 16)

Citando La Paz (2010 *apud* VIANA; MOURA, 2019, p. 4), as autoras deixam evidente os aspectos econômicos e políticos que permeiam a questão:

[...] seria necessário trazer à cena uma economia política do conhecimento como forma de romper com certas estruturas de poder e desmontar as estratégias econômicas e os mecanismos materiais que se encontram ocultos nos discursos sutis de recolonização de imaginários no Sul global.

Além disso, também ressaltam, a partir de Kilomba (2016 *apud* VIANA; MOURA, 2019, p. 15), como a hegemonia do saber, para além de ditar a forma como o conhecimento se constitui, também dita sobre o conhecimento de quem será validado.

O artigo de Viana e Moura (2019, p. 20) demonstra de uma forma interessante e profunda como a epistemologia pode ser abordada em novas vertentes na CI, e apresenta uma nova perspectiva: o termo Epistemologias Comunitárias que nomeia o arquivo digital homônimo potencializa os lugares de fricções numa escrita anticolonial de História da Arte. Dessa forma, as autoras demonstram o papel que a discussão pode ter dentro da CI e aprofundam a necessidade de uma epistemologia além da decolonial, mas anticolonial.

Os artigos descritos, de Sánchez-Tarragó, Bufrem e Santos (2015) e Viana e Moura (2019), foram os únicos identificados no levantamento que abordam a epistemologia decolonial em sua temática. Ressalta-se que o fato de o resultado da pesquisa ser exíguo, resultando em apenas dois trabalhos, evidencia que a discussão sobre epistemologia decolonial na Ciência da Informação ainda é um campo inexplorado e fundamental para construir justiça social na área.

Notou-se a falta de trabalhos que abordem a epistemologia decolonial no repertório do GT-1, de Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, que possui a seguinte ementa:

Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação. Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da Informação e seu objeto de estudo – a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área (ENANCIB, 2021, online).

Uma vez que o GT1 do ENANCIB investiga questões epistemológicas e a construção do conhecimento na área, acredita-se que estudos relacionados à epistemologia decolonial podem em muito contribuir e enriquecer as discussões em torno do entendimento do objeto de estudo da CI, a informação, em especial na América Latina, onde o ENANCIB acontece.

## 5. Considerações finais

O presente estudo identificou uma baixa adesão de trabalhos que abordam a epistemologia decolonial no âmbito da CI, nos trabalhos apresentados no ENANCIB entre os anos de 2010 a 2019. Foram identificados dois artigos que apresentam a epistemologia decolonial em sua temática: “La producción científica latinoamericana desde una mirada pós-colonial”, de Sánchez-Tarragó, Bufrem e Santos (2015) e “Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividades na arte contemporânea de autoria negra”, de Viana e Moura (2019).

Ambos os trabalhos têm uma aplicação bastante diversa da epistemologia decolonial, o que demonstra que é possível promover discussões na CI sob diferentes olhares.

A colonialidade permite diversas perspectivas que envolvem a pesquisa decolonial em torno da formação do pensamento eurocêntrico, o lugar ocupado nas ciências sociais, alternativas cognitivas à racionalidade moderna e construção de novos campos para pesquisa (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012). A partir dessas pontuações, alguns questionamentos foram levantados, para futuras reflexões: como esse conhecimento está sendo (se está) apresentado nas universidades? Como esse conhecimento é analisado e questionado? As matrizes curriculares são formuladas para atender as perspectivas decoloniais?

Foi possível identificar que na CI, ou ao menos no maior evento da área, há espaço para desenvolver-se pesquisas que abordem a temática. Identificou-se, também, que estudos voltados para a questão de gênero e sexualidade no contexto da modernidade, colonialidade e decolonialidade não foram desenvolvidos adequadamente. Portanto, acredita-se que uma das perspectivas para os estudos futuros está voltada para vertentes, como, por exemplo, teorias feministas latino-americanas no contexto pós-colonial. Assim como as questões referentes à ecologia ambiental, que nas pesquisas apresentam uma forte vertente derivada do capitalismo (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012). Pesquisadores, como Alimonda, evidenciam de que maneira a colonialidade afeta a perspectiva em ambientes, uma vez que esta é vista como um espaço subalterno passível de ser explorada ou modificada conforme as

necessidades do regime de acumulação capitalista (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 8).

Além disso, evidenciou-se que os estudos decoloniais voltaram suas perspectivas para a produção de conceitos e, conseqüentemente, a produção epistêmica focou nas categorias conceituais herdadas pela ciência da informação. Com isso, a compreensão sobre decolonialidade foi dificultada (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2012). Os estudos decoloniais também foram caracterizados pelas pesquisas históricas realizadas, tanto em processos globais como os locais (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

ENANCIB. **Grupos de trabalhos** (GTs). 2021. Disponível em: <https://enancib2021rio.ibict.br/o-evento/grupos-de-trabalho-gts/>. Acesso em: fev. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p. 25-49, jan./abr. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100025](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025). Acesso em 21 fev. 2021.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD. Estudios decoloniales: un panorama general. **KULA: Antropólogos del Atlántico Sur**, La Plata, n. 6, abr. 2012. Disponível em: [http://www.revistakula.com.ar/numeros-anteriores/numero-6/kula6\\_1\\_gesco/](http://www.revistakula.com.ar/numeros-anteriores/numero-6/kula6_1_gesco/). Acesso em 21 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MCCARTHY, Cavan Michael. Catalogação e colonialismo. **Caderno Biblioteconomia**, Recife, v. 1, n. 8, p. 26-32, jun. 1984. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/63905>. Acesso em: 21 maio 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/250026330\\_Quantitativo-Qualitativo\\_Oposicao\\_ou\\_Complementaridade](https://www.researchgate.net/publication/250026330_Quantitativo-Qualitativo_Oposicao_ou_Complementaridade). Acesso em: 10 maio 2021.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Masp Afterall**, São Paulo, v. 3, p. 1-12, jan. 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; KARPINSKI, Cezar For a decolonial social epistemology. **Transinformação**, Campinas, v. 33, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/156757>. Acesso em: 30 fev. 2022.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy; BUFREM, Leilah Santiago; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. La producción científica Latinoamericana desde una mirada poscolonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: Ancib, 2015. p. 182-202. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/32986/>. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SILVA, Andréia. Sousa da; KARPINSKI, Cezar. O contexto informacional dos núcleos de estudos afro-brasileiros: analisando o Facebook como uma fonte de informação étnico-racial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 276-294, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4288/3951>. Acesso em: 30 fev. 2022.

SCHUCMANN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

VIANA, Janaina Barros Silva; MOURA, Maria Aparecida. Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividades na arte contemporânea de autoria negra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Apresentações**. Florianópolis: ANCIB: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/813>. Acesso em: fev. 2022.

Artigo submetido em: 30 ago. 2021

Artigo aceito em: 19 ago. 2022